

## ATA NÚMERO 178/XIII (4.ª)

M

A 18 dias do mês de junho de 2019, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 10 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Apreciação e votação da ata da reunião de 28 de maio de 2019.

3. Discussão do [projeto de resolução n.º 2023/XIII \(4.ª\) \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo a realização de um programa de emergência para a valorização dos museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos.

4. Discussão do [projeto de resolução n.º 2134/XIII \(4.ª\) \(BE\)](#) — Criação da Rede Nacional dos Museus da Resistência e instalação do Museu da Resistência e Liberdade no Porto.

5. Discussão do [projeto de resolução n.º 2137/XIII \(4.ª\) \(PCP\)](#) — Recomenda ao Governo a deslocalização do Museu Militar do Porto para, no Edifício do Heroísmo, implementar o "Do Heroísmo à Firmeza – Museu da Resistência Antifascista do Porto".

6. Apreciação e votação do relatório final da [petição n.º 610/XIII \(4.ª\)](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista a salvar a Casa da Pesca: património classificado, situada na Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal, em Oeiras:

Deputado Relator: Carlos Silva (PSD)

7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Sindicato CENA-STE e da OPART sobre a greve dos trabalhadores do Teatro Nacional de São Carlos.

8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição da Ministra da Cultura sobre a situação dos trabalhadores do OPART – Organismo de Criação Artística, EPE.

9. Outros assuntos.

---

### **1. Informações**

Dando início à reunião, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, começou por informar as Senhoras e os Senhores Deputados que, em resposta ao requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS solicitando à ERC um relatório fundamentado sobre as regras aplicáveis às opções editoriais sobre momentos informativos inseridos em programas de entretenimento, o novo quadro que enfrentam os responsáveis por decisões editoriais no contexto da era digital e das ameaças populistas aos regimes democráticos e as potencialidades de mecanismos de autoregulação e coregulação para promover a resposta aos atuais desafios, o Conselho Regulador oficiou a Comissão no sentido de informar que o estudo solicitado deverá ser entregue na Assembleia da República no dia 22 de outubro de 2019.

### **2. Apreciação e votação da ata da reunião de 28 de maio de 2019**

Uma vez submetida a votação, a ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

### **3. Discussão do [projeto de resolução n.º 2023/XIII \(4.ª\) \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo a realização de um programa de emergência para a valorização dos museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos**

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) iniciou a sua intervenção afirmando ser esta uma matéria sobre a qual a 12.ª Comissão se debruçou ao longo da presente Sessão Legislativa, designadamente na audição pública proposta pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre a autonomia dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos e que teve lugar no passado mês de janeiro de 2019, na discussão levada a cabo sobre o novo regime de autonomia recentemente

aprovado e nas visitas que se realizaram, como a que foi feita ao Museu Nacional de Arte Antiga e, ainda recentemente, ao Museu Soares dos Reis e que permitiram conhecer melhor as dificuldades práticas de funcionamento com que os museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos se têm debatido e a falta de trabalhadores existente.

Sublinhou também ser necessário adotar medidas urgentes para que o regime de autonomia recentemente aprovado não possa ficar comprometido com os inúmeros problemas existentes. Para terminar, disse que o objetivo da iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP é que o Governo desenvolva no ano de 2019, a ser implementado a partir de 2020 e a terminar em 2023, um programa de emergência para os museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos, que inclua, entre outros aspetos, a contratação de trabalhadores em número adequado e com vínculo de trabalho estável, valorizando as suas carreiras, a execução de intervenções urgentes de reabilitação e manutenção do edificado e equipamentos e a valorização efetiva dos sítios arqueológicos, garantindo a existência de uma estrutura orgânica e técnica, com um quadro de trabalhadores e orçamento próprio. Pretende-se também que, ainda no âmbito desse programa de emergência, seja realizada, em 2019, uma auscultação pública, envolvendo os museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos, seus trabalhadores, organizações representativas, associações de defesa de património e outras entidades sobre a estruturação orgânica e o serviço público na área do património cultural para analisar a estruturação orgânica e aquilo que é a própria organização do serviço público na área do património cultural.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) saudou o Grupo Parlamentar do PCP pela iniciativa apresentada, referindo-se de seguida ao quadro extremamente problemático que se vive nos museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos e ao desinvestimento estrutural existente. Todos eles apresentam graves problemas de financiamento para garantir o seu normal funcionamento apenas com as receitas próprias, de falta de recursos humanos para poder dar resposta àquilo que são as suas necessidades quotidianas e de falta de capacidade de interligar aquilo que é a sua oferta pedagógica, educativa e histórica com aquilo que é a sua obrigação do ponto de vista da defesa e da conservação do património. Nesse sentido, para o Grupo Parlamentar do BE há que garantir a contratação dos recursos humanos necessários para o funcionamento quotidiano de todos aqueles espaços e dotá-los dos necessários recursos financeiros.

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) referiu que o Grupo Parlamentar do PSD não acompanha a iniciativa apresentada, que de facto não é muito elogiosa para o governo que o Grupo Parlamentar do PCP apoiou ao longo da presente Legislatura, a não ser naquilo que nela existe de reconhecimento do que neste domínio não se fez durante todo esse período.

A Senhora Deputada Cristina Jesus (PS) reportou-se ao pacote legislativo na área da cultura que no passado mês de fevereiro o Conselho de Ministros aprovou, designadamente ao regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos e palácios e à criação dos «Museus do futuro», este último com a missão de identificar, conceber e propor medidas que possam contribuir para a sustentabilidade, acessibilidade e inovação dos museus dependentes da Direção-Geral do Património Cultural e das direções regionais de cultura.

Respondendo às intervenções feitas, a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) sublinhou que desde o primeiro dia da Legislatura o Grupo Parlamentar do PCP interveio em relação à defesa do património cultural, tendo sido o único grupo parlamentar a apresentar um plano conjuntural para esse efeito e a propor a afetação de 1% do Orçamento do Estado para a área da cultura.

**4. Discussão [do projeto de resolução n.º 2134/XIII \(4.ª\) \(BE\)](#) — Criação da Rede Nacional dos Museus da Resistência e instalação do Museu da Resistência e Liberdade no Porto e do [projeto de resolução n.º 2137/XIII \(4.ª\) \(PCP\)](#) — Recomenda ao Governo a deslocalização do Museu Militar do Porto para, no Edifício do Heroísmo, implementar o "Do Heroísmo à Firmeza – Museu da Resistência Antifascista do Porto"**

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) iniciou a sua intervenção salientando que ainda hoje não existe um espaço museológico por inteiro na cidade do Porto que preserve a memória de todos aqueles que lutaram contra o fascismo e que estiveram presos naquele espaço, fazendo assim todo o sentido que o edifício que marcou meio século de ditadura seja hoje revertido num museu da resistência e liberdade.

A este propósito recordou que o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade é hoje uma realidade, um museu municipal dedicado à memória do combate à ditadura e à resistência em prol da liberdade e da democracia; que a abertura do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, em Peniche, será outro passo importantíssimo para manter

viva a memória desses anos e valorizar a vitória sobre a repressão da ditadura. Estamos hoje mais perto de poder ligar a ação destes espaços museológicos para uma articulação em rede que garanta a divulgação da memória histórica, bem como abrir espaço para mais investigação sobre este período.

Sublinhou também que a memória das lutas no norte do país não tem ainda um espaço museológico adequado, algo que pode ser colmatado com a utilização das instalações da antiga delegação da PIDE/DGS do Porto para receberem um novo museu dedicado à resistência antifascista no Porto, o Museu da Resistência e Liberdade.

Disse igualmente que o edifício alberga hoje o Museu Militar do Porto, uma situação que não encontra sustentação histórica e que tem vindo a impedir o desenvolvimento de projetos museológicos tanto sobre a história da resistência antifascista no Porto, como da própria história militar.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) começou por lembrar que o edifício do Heroísmo era um centro de detenção e tortura do regime fascista e no qual estiveram presos e foram torturados e assassinados milhares de pessoas. Referiu que esta memória não pode ser esquecida e, muito menos, branqueada e merece um espaço que, preservando toda esta história, faça também a devida homenagem a todos os resistentes antifascistas que lutaram incansavelmente pela democracia do País e para pôr fim a uma ditadura.

Foi com esse objetivo que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou a iniciativa em apreciação. Recordou que na década de 80 foram várias as diligências no sentido de se proceder à classificação do edifício como de interesse público, a fim de impedir a sua destruição, alienação ou descaracterização. Há várias décadas que a URAP, através do seu Núcleo do Porto, vem assumindo a defesa daquele edifício como símbolo de resistência, de coragem, de denúncia e espaço de pedagogia cívica.

Terminou sublinhando que, pelas razões expostas, o Governo recomenda ao Governo a valorização e o apoio à implementação do projeto museológico “Do Heroísmo à Firmeza”- Percursos da Memória na Casa da Pide no Porto (1936/74) em curso; o estudo da possibilidade de deslocalização do atual Museu Militar para, no edifício do Heroísmo, construir um Museu da Resistência Antifascista no Porto; e que seja envolvida a URAP, alargando e valorizando o projeto em curso e integrando igualmente a experiência adquirida em todo este processo e o acesso às fontes que integram os contributos e testemunhos de quem lutou, resistiu e sobreviveu à passagem pelo edifício do heroísmo.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) falou na necessidade de honrar todos aqueles que, de uma forma drástica e dramática, fizeram um percurso fundamental da nossa história e daí o apoio do Grupo Parlamentar do PS a esta iniciativa, envolvendo a URAP em todo este processo, frisando ainda a necessidade de o Porto ter um espaço representativo deste período da história do País.

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) reportou-se à necessidade de a Assembleia da República fazer um debate prévio sobre esta questão, estando o Grupo Parlamentar do PSD disponível para dar o seu contributo.

**6. Apreciação e votação do relatório final da [petição n.º 610/XIII \(4.ª\)](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista a salvar a Casa da Pesca: património classificado, situada na Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal, em Oeiras**

A Senhora Deputada Susana Lamas (PSD), em nome do Deputado Relator, Carlos Silva (PSD), dispensou a apresentação do relatório final, após o que, uma vez submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

**7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Sindicato CENA-STE e da OPART sobre a greve dos trabalhadores do Teatro Nacional de São Carlos**

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) fez a apresentação do requerimento afirmando que é bem conhecido que os trabalhadores da OPART/Teatro Nacional São Carlos têm estado em greve, existindo um conjunto de problemas relacionado com as suas carreiras. Como o Governo rompeu as negociações em curso em curso com a OPART, existe uma preocupação legítima com estes trabalhadores que se encontram a reivindicar melhores condições laborais e daí fazer todo o sentido ouvir em audição o CENA-STE e a OPART em sede de Comissão, dando também o Grupo Parlamentar do BE o seu voto favorável ao requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para que seja também ouvida a propósito desta questão a Senhora Ministra da Cultura.

Uma vez submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

**8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição da Ministra da Cultura sobre a situação dos trabalhadores do OPART – Organismo de Criação Artística, EPE**

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) começou por referir que quando se fala na situação dos trabalhadores do OPART não são só os trabalhadores do Teatro Nacional de São Carlos mas também os da Companhia Nacional de Bailado, na medida em que ambas as estruturas estão presentemente em greve.

Referiu igualmente ser de elementar justiça o Parlamento conhecer os problemas que se vivem não pela comunicação social mas, sim, interpelando diretamente a Senhora Ministra para que possa ficar a conhecer a situação dos trabalhadores do OPART.

Por outro lado, sublinhou que o Grupo Parlamentar do PCP, nas duas audições regimentais anteriores, já tinha colocado esta questão duas vezes à Senhora Ministra da Cultura e que os dois requerimentos agora apresentados, quer o do seu Grupo Parlamentar quer o do Grupo Parlamentar do BE para audição do CENBA-STE e do OPART, se complementam.

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) referiu-se à importância das audições que vão ser realizadas e, nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PSD votara a favor dos requerimentos apresentados.

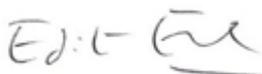
Uma vez submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

#### **9. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

Palácio de São Bento, 18 de junho de 2019

**A PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(EDITE ESTRELA)**

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo parlamentar do CDS-PP, na reunião de 03 de julho de 2019

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria

Carla Sousa

Cristina Jesus

Diana Ferreira

Diogo Leão

Edite Estrela

Helga Correia

Hugo Carvalho

José Carlos Barros

Liliana Silva

Luís Monteiro

Margarida Balseiro Lopes

Maria Conceição Loureiro

Sara Madruga da Costa

Susana Lamas

Ana Mesquita

Maria Augusta Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso

Ivan Gonçalves

Joel Sá

José Magalhães

Pedro do Ó Ramos

Teresa Caeiro



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

---

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Pinho de Almeida